

Blitz não convence os pais

País de alunos mostraram não acreditarem na blitz iniciada ontem pela Sunab nas escolas particulares, para coibir os aumentos abusivos das mensalidades escolares. Já o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF (Sinepe) afirma que as escolas que temem a fiscalização devem fechar suas portas. O presidente em exercício do Sinepe, Atef Alssami, disse que devem ser transparentes as planilhas de custos dos estabelecimentos de ensino. "É um direito da Sunab fiscalizar", frisou.

"Não vai funcionar". Assim Washington Mendonça se referiu à decisão do Governo de fiscalizar as planilhas das escolas particulares, para checar se os estabelecimentos estão cumprindo as regras do sistema de liberdade vigiada, instituído pela portaria 140 do Ministério da Fazenda. Nesse sistema elas estão autorizadas a cobrar o suficiente para cobrir seus custos, com uma margem de lucro de até 10 por cento.

Washington, que tem um filho estudando no colégio Inel, acha que não será difícil para as escolas comprovarem suas despesas. "Além disso, sabemos que falta estrutura à Sunab para fiscalizar", alega. A so-

lução, segundo ele, é a revogação do sistema de liberdade vigiada, "que não deu certo no início de 1988 e nem dará agora".

O presidente em exercício do Sinepe discorda. Ele entende ser o sistema ideal, porém os pais não estão dando tempo para que o mercado regule os preços escolares, afirma. Aryone Franco, que também tem filho estudando no Inel, rebate, dizendo que a educação não deve ser tratada como uma mercadoria. "Enquanto a escola particular não se tornar uma opção, e não uma imposição, já que faltam vagas nas escolas públicas, o assunto merecerá tratamento diferenciado". Ponto de vista a parte, a dona-de-casa Eliana Sampalo faz as contas e verifica ser impossível fechar o orçamento doméstico, desde que as escolas dos três filhos aumentaram os preços mês de julho.

Moradora do Lago Norte, ela conta que o colégio da filha mais velha, o Leonardo da Vinci, aumentou de NCz\$ 119 em Junho, para NCz\$ 284 em Julho, ou seja seja, mais de 100 por cento de reajuste. No mesmo período o salário do marido, que é professor da Universidade de Brasília, não foi acrescido de nada.

O que é importante você saber

- Os reajustes das mensalidades escolares a partir deste mês, de acordo com a portaria 140 do ministro Mailson da Nóbrega, passam a ser baseados nas planilhas de custos das mesmas, dividindo o valor pelo número de alunos e acrescentando 10 por cento no valor encontrado.
- As planilhas de custos devem ser entregues à Sunab ou ao Conselho Federal de Educação para comprovação e legitimidade dos gastos e se os mesmos subiram.
- Como a Sunab não possui infraestrutura para fiscalizar o cumprimento da portaria, resta aos pais duas saídas: entrar com ação conjunta na Justiça para ter acesso às planilhas nas Escolas ou utilizar os mecanismos legais que dispõem as APAEs para ter acesso às mesmas.

- O reajuste de junho das mensalidades não poderia ultrapassar os 30 por cento das defasagens que as escolas alegaram em seus custos, ao mesmo tempo em que o lucro não poderia exceder a 10 por cento.
- As escolas só podem repassar custos já registrados. Muitas escolas já estão enviando planilhas de custos do mês de agosto à Sunab ou ao CFE, só que correm o risco da contabilidade ser vasculhada para comprovação da autenticidade da documentação.
- Computa-se como despesas de custos das escolas os gastos com pessoal, despesas gerais como aluguéis de imóveis e outras despesas. Os pais estão temerosos quanto ao item outras despesas, onde a escola poderá acrescentar inúmeros gastos para provocar um reajuste maior da mensalidade.